
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ZONEAMENTO DE MATO GROSSO: MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND THE ZONING OF MATO GROSSO: SOCIAL MOBILIZATION IN PUBLIC POLICIES

EDUCACIÓN AMBIENTAL Y LA ZONIFICACIÓN DE MATO GROSSO: MOVILIZACIÓN SOCIAL EN POLÍTICAS PÚBLICAS

Denize Aparecida Rodrigues de Amorim¹
Michèle Sato²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar parte dos resultados da dissertação sobre a militância social em torno da proposta de ordenamento territorial de Mato Grosso apresentada em 2008, tendo como instrumento o Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE/MT). O objetivo foi compreender como a participação popular constrói políticas públicas, de forma dinâmica e organizacional em ações de Educação Ambiental política, percebidas sob a ótica dos sujeitos participantes que se reuniram e se autodenominaram Grupo de Trabalho e Mobilização Social (GTMS). A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, na qual as ações são “táticas participativas: controle social participativo”, compreendidas como uma comunidade de aprendizagem, um movimento que faz políticas públicas. A identidade do grupo é apresentada pela militância socioambiental como: movimento, racional, coração e comunidade sendo um valor da Educação Ambiental que se aprende no coletivo, nas ruas, ancorada pelos movimentos sociais em Mato Grosso.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Zoneamento Territorial. Militância. Mato Grosso.

ABSTRACT: This article aims to present part of the results of the master thesis on social activism around the proposal for territorial ordering in Mato Grosso presented in 2008, using the Socioeconomic Ecological Zoning (ZSEE/MT) as an instrument. The objective was to understand how popular participation builds public policies, dynamically and organizationally in political Environmental Education actions, perceived from the perspective of the participating subjects who met and called themselves the Work Group and Social Mobilization (GTMS). The methodology used was participatory research, in which the actions are participatory tactics: participatory social control, understood

¹ Doutoranda em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT), integrante do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA. E-mail: denize.enildo@gmail.com.

² Profª. Drª. Orientadora do PPGE/UFMT, líder do GPEA. E-mail: michelesato@gmail.com.

as a learning community, a movement that makes public policies. The group's identity is presented by the socio-environmental activism as movement, rational, heart and community, being a value of Environmental Education that is learned in the collective, in the streets, attached by social movements in Mato Grosso.

Keywords: Environmental Education. Territorial Zoning. Activism. Mato Grosso.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es presentar parte de los resultados obtenidos con la disertación sobre la militancia social alrededor de la propuesta de ordenamiento territorial de Mato Grosso – presentada en el 2008 –, utilizando como instrumento el *Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE/MT*. El objetivo fue comprender cómo la participación popular construye políticas públicas de manera dinámica y organizacional en acciones de Educación Ambiental y política, percibidas bajo da égida de los sujetos participantes que se agruparon y se autodenominaron *Grupo de Trabalho e Mobilização Social – GTMS*. Se adoptó la metodología de la investigación participativa, en cuyas acciones se utilizan “tácticas participativas: control social participativo”, entendidas como una comunidad de aprendizaje, una movilización responsable por la construcción de políticas públicas. La identidad del grupo emerge desde la militancia socioambiental y se despliega en: movimiento, racional, corazón y comunidad como un valor de Educación Ambiental aprendido en el ámbito colectivo, en las calles, y respaldado por los movimientos sociales de Mato Grosso.

Palabras clave: Educación Ambiental. Zonificación Territorial. Militancia. Mato Grosso.

CENÁRIOS INICIAIS

Educar-mo-nos mutuamente é nos dizer que há caminhos e que precisamos erguer nossas lamparinas para alumina-los, sabendo que uma só não faz recuar a escuridão, mas muitas nos fazem reconhecer o mundo a nosso redor.

Jean-Pierre Leroy (2010).

Este artigo configura um extrato da Dissertação de Mestrado em Educação, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Educação Popular e Política e na área de concentração em Educação Ambiental em 2011, denominada *O processo educativo na formação de um grupo de trabalho de mobilização social no caso do zoneamento de Mato Grosso*. A pesquisa, iniciada dentro de uma mobilização social, partiu da hipótese que as ações do grupo eram de Educação Ambiental e que era possível fazê-la nas ruas, junto aos movimentos sociais, no coletivo, na participação. A pesquisa teve por objetivo compreender como a participação popular pode construir políticas públicas, de forma dinâmica e organizacional, em ações de Educação Ambiental política, percebidas sob a ótica dos sujeitos participantes que se reuniram e passaram a ser chamados de Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), aprendendo e elaborando proposições ao Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE/MT) participativo em Mato Grosso durante os anos 2008-2011.

Seguimos a metodologia Pesquisa Participante, de cunho qualitativo, dialogando com as/os militantes no GTMS e nos envolvendo pelos conhecimentos elaborados no grupo. A investigação partiu da participação efetiva da orientanda e orientadora, participantes no GTMS.

Entre acompanhamento de relatos, das reuniões, das articulações e participações, diante de algumas indagações surgidas em grupos, entrevistamos 12 militantes a fim de conhecermos mais detalhadamente questões sobre Educação Ambiental, participação, militância. Nos referenciamos nos relatos das compreensões de diversas pessoas em reuniões, em mensagens e comunicações pela lista de e-mails, pelas suas percepções relatadas em grupo das suas participações nas audiências públicas e nos seminários realizados pelo poder público.

Assim, por estarmos na militância, a pesquisa naturalmente se entrelaça de saberes, de comunicações, de informações, de afetos, de aprendizagens, gerando conhecimentos. A Pesquisa Participante, no meio acadêmico, requer atenção aos prazos da pós-graduação e (assim) neste caso foca em alguns aspectos das vivências narradas pelas/os militantes, percebendo sobretudo a boniteza das descobertas coletivas no movimento da pesquisa, nos reconhecendo também participantes e inegavelmente entregues a ela.

A metodologia também se configura desafiadora por se envolver com toda a militância, nas participações e, conseqüentemente, no próprio exercício de sua parte como registro do movimento. Indubitavelmente que o distanciar e o aproximar, entre o estranhamento e o maravilhamento investigativo, requerem muito tato do ser pesquisadora, compreendendo o que muito bem sintetizou Brandão (1999, p. 9), “nada melhor, portanto, e nada mais perigoso”.

A pesquisa participante deve levar em conta o olhar sobre as unidades sociais e movimentos populares, de vocação transformadora e emancipatória, com investigação empírica e outra compreensão científica e ideológica da vida e da realidade social (BRANDÃO, 2006). A pesquisa participante é uma das articulações das ações, entre outros instrumentos de processos sociais, dentro da trajetória da organização popular, e pode ser assim definida:

Um instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada de conhecimento social e, também, um múltiplo e importante momento da própria ação popular (BRANDÃO, 2006, p. 31).

Também compreendemos que tal metodologia se originou à margem do capitalismo, inscrita dentro de uma ação social transformadora, com vocação popular e emancipatória e deve ser pensada, segundo Brandão (2006, p. 32), como “[...] um instrumento de trabalho a serviço de práticas populares de valor político e de uma múltipla e variada vocação transformadora”.

Numa abordagem mais ligada aos contextos de seu surgimento, a pesquisa participante requer autonomia e envolvimento com a base do que se está pesquisando, sendo essencialmente voltada para os grupos sociais que buscam uma atuação política como forma de garantir seus direitos. A pesquisa participante pode ser assim qualificada:

[...] responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios – as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas – levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar ao desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior (FALLS, 1999, p. 43).

Em Educação Ambiental, tal metodologia pode se apresentar por diferentes denominações como: pesquisa-ação, pesquisa ação participante, observação participante, investigação alternativa, investigação participativa, autossenso, pesquisa popular, pesquisa

dos trabalhadores, pesquisa-confronto. De acordo com Brandão (1999, p. 15), “[...] de escrito para escrito mudam os nomes daquilo que, na verdade, procedem de origens, práticas e preocupações muito próximas e parece apontar para um mesmo horizonte”.

A postura do encontro da metodologia com a Educação Ambiental se compromete com a conscientização popular e “[...] resgatando para a comunidade o poder de pesquisar a si mesma” (GIL, 2005, p. 589). Nestas áreas, o processo de pesquisar e agir deve ser permanente e sempre ter sobretudo a ação e reflexão como forma de compreensão do processo que estão vivenciando.

A pesquisa-ação pode ser entendida também como ação-reflexão, pois Sato e Santos (2003, p. 16), nos apontam que “[...] um conjunto de ideias (reflexão), que geram atividades (ação), visando à transformação das ordens e sistemas dominantes (conscientização), através de um processo permanente de educação”.

Significativo neste processo, concordamos desde o início que a metodologia é apropriada para revelar o GTMS, pois, para Brandão (2006, p. 43), “a pesquisa participante é um constante diálogo não doutrinário de parte a parte que um consenso sempre dinâmico e modificável deve ir sendo também construído”

Iuminadas por Carlos Rodrigues Brandão, Paulo Freire, Jean Pierre Leroy, pela Educação Popular e Pesquisa Participante e por Michèle Sato e Passos na Educação Ambiental e demais autoras/res, a pesquisa foi gestada no cerne da mobilização das/os militantes sociais em torno das questões do ZSEE/MT, na qual todas e todos os pesquisadoras/res do GPEA também se envolveram, registrando, pesquisando, participando intensamente.

Para as entrevistas, as 12 militantes foram escolhidas entre aquelas e aqueles que participavam do GTMS, e registramos que havia outras/os militantes muito importantes e destacadas/os, mas optamos por esta quantidade de acordo com nossa capacidade de interlocução e de tempo de cada uma/um para um diálogo mais focado e detalhado. Para este artigo, identificamos as/os entrevistadas/os apenas pelo primeiro nome³ e suas respostas são destacadas em um quadro.

As entrevistas foram realizadas durante a pesquisa (março e maio de 2010) sobre as questões que destacamos em relação ao processo de políticas públicas vivido como sendo um dos mais desafiadores para os militantes e para uma compreensão do que seja este grupo de pessoas nesta ação.

Portanto, para este artigo, o objetivo é apresentar algumas abordagens destas aprendizagens coletivas no GTMS, ocorridas durante o processo de debate da política pública de ordenamento territorial na proposta do ZSEE/MT, trazendo o que as e os militantes pensam sobre Educação Ambiental e Militância.

O mapa do Estado de Mato Grosso foi um importante ponto de discussão de vários olhares sobre o território, compreendendo o motivo de uma proposta de intervenção sobre ela (o ordenamento) e o porquê da importância da participação dos movimentos sociais no debate.

Assim, apresentaremos neste artigo o mapa geográfico da proposta de ordenamento do território pelo governo do Estado. E pelo olhar deste grupo sobre tal proposta, destacaremos a atuação do GTMS com a temática ZSEE e de que forma as/os integrantes entendem a militância que reconhecem como uma Educação Ambiental realizada nas ruas.

Tal aprendizado foi além do resultado final do ZSEE/MT em 2011, pois, fomos colhendo no decorrer do processo, como ganhos significativos de comprometimento, engajamento, união para promover práticas educativas participativas.

MATO GROSSO E O ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO ECOLÓGICO – ZSEE/MT

Geograficamente, o Estado de Mato Grosso encontra-se no centro da América do Sul, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, apresentando uma área total de 903.357,91 km², sendo o terceiro maior Estado em dimensão territorial dentre os 27 da federação brasileira. Os limites fronteiriços do território mato-grossense são: ao Norte com os Estados do Pará e Amazonas; ao Oeste com o Estado de Rondônia no Brasil e com um país, a Bolívia; ao Sul com Mato Grosso do Sul e a Leste com os Estados de Goiás e Tocantins.

Administrativamente, o estado de Mato Grosso possui 141 municípios, com uma população de 3.033.991 habitantes (IBGE, 2010). Ambientalmente, seu território abriga três biomas: Pantanal, ao Sul (5,94%); Cerrado ao Centro (37,39%); e Floresta Amazônica ao Norte (56,66%).

Por ser um território de grandes dimensões, compondo 3 dos 6 Biomas terrestres brasileiros, o desmatamento foi promovido pelo próprio Estado Brasileiro há décadas, quer seja por projetos de desenvolvimento regional, quer seja por colonização, abrindo cidades. Assim, no auge destas aberturas, no Norte do Estado, nos anos 1980, uma política de ordenamento territorial se tornou urgente face ao desaparecimento de importantes características da fauna e flora e de seus biomas.

O zoneamento se apresenta como um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 02/09/81) e, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), é também uma política de gestão territorial.

De forma bem didática, o MMA em uma abordagem sobre a política do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE), ressalta que o zoneamento aborda outras questões além de delimitação do território. Na definição sobre o instrumento a seguir, a dimensão da mediação dos conflitos é incorporada, destacando a necessidade da política ser formulada junto à população em seus diversos grupos sociais, possibilitando o exercício democrático, verdadeira gestão do território no Brasil:

O ZEE, portanto, não é um fim em si, nem mera divisão física, e tampouco visa criar zonas homogêneas e estáticas cristalizadas em mapas. Trata-se sim, de um instrumento técnico e político do planejamento da diversidade, segundo critérios de sustentabilidade, de mediação de conflitos, e de temporalidade, que lhe atribuem o caráter de processo dinâmico, a ser periodicamente revisto e atualizado, capaz de agilizar a passagem para um novo padrão de desenvolvimento (BRASIL, 2009, p. 10).

Dentre os Estados brasileiros, somente em MT este instrumento de política pública está sendo proposto por uma sigla diferente: Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE). No entanto, o conceito e a metodologia de elaboração seguem a mesma normativa, ou seja, o Decreto Federal nº 4.297, de 10 de julho de 2002⁵.

A história de elaboração do ZSEE/MT se inicia em 1987, quando o governo estadual solicitou à coordenação do Polonoroeste a ampliação de suas ações de mapeamento para todo o território mato-grossense, uma vez que eram “[...] restringidas à área de influência da estrada BR 364” (SANCHEZ, 1992, p. 11).

Para ser atendido pelo governo federal ainda em 1988, o executivo mato-grossense elaborou um mapa denominado “Zoneamento Agroecológico do Estado de Mato Grosso”,

apresentado durante o Seminário Nacional de Zoneamento Agroecológico dos Estados de MT e Rondônia. Após a aprovação deste mapa, houve a necessidade de fundamentá-lo com pesquisas que:

[...] além de discutir as vantagens e restrições dos diversos sistemas naturais e agroecossistemas desenvolvidos no território, explique o desenho e estrutura do zoneamento, e dimensione a capacidade de carga e potencialidade das diferentes paisagens produtivas (SANCHEZ, 1992, p. 12).

Com base nesta aprovação, o Governo do Estado de MT organizou os estudos para a definição de uma política de ordenamento territorial, que se transformou em Lei Estadual nº. 5.993, de 3 de junho de 1992, definindo a “Política de Ordenamento Territorial e ações para a sua consolidação, objetivando o uso racional dos recursos naturais da área rural do Estado de Mato Grosso, segundo o Zoneamento Antrópico Ambiental, tecnicamente denominado Zoneamento Socioeconômico-Ecológico”.

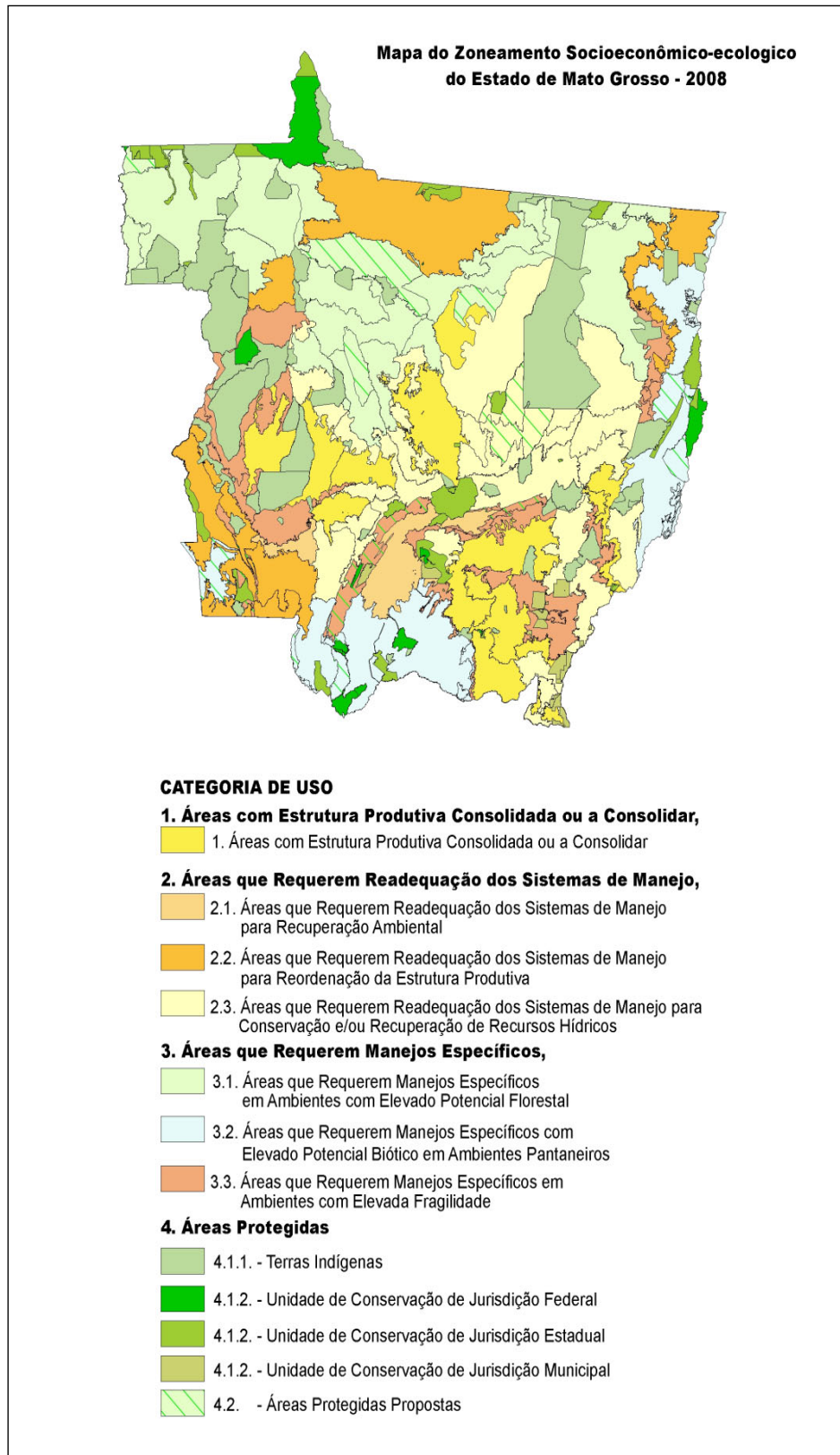
Como parte integrante de tal política, no anexo constava o mapa da primeira aproximação do zoneamento, tecnicamente denominado “Bases Geográficas para o Zoneamento Socioeconômico Ecológico”. Esta lei ainda estava em vigor quando a proposta do ZSEE/MT foi encaminhada ao debate público nos anos 2008 a 2011. Tal proposta deveria substituir a lei vigente de 1992, sendo obrigatório estes processos: aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT), a sanção do governador do Estado e referendado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente e Comissão Nacional do Zoneamento.

Passados 20 anos da primeira solicitação de recursos para o mapeamento do Estado, é apresentado para a sociedade mato-grossense uma proposta de ordenamento territorial em MT, tendo na mensagem do governador Blairo Maggi, nº 25, de abril de 2008, a denominação do projeto de Lei nº 273/2008 “Política de Planejamento e Ordenamento Territorial de Mato Grosso” para o Legislativo. No seu art. 5, é apresentado o conceito de zoneamento a ser debatido:

[...] instrumento de organização do território, que estabelece medidas e padrões de disciplinamento de uso dos recursos naturais, em especial, dos recursos hídricos, do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável, por meio da melhoria da eficiência econômica e das condições de vida da população (MATO GROSSO, 2008, s/p.).

Pela mensagem acima, percebemos que a intenção era tão somente de “garantir o uso dos recursos naturais com a finalidade última de desenvolver a economia e a qualidade de vida”. O governador também apontava em tal document que realizou uma “consulta pública” como forma de participação popular na elaboração do ZSEE.

O ZSEE/MT de 2008 apresenta-se como instrumento da política de ordenamento e planejamento territorial e deve ser compreendido no conjunto do seu arcabouço, constituído de três partes destacadas: por conceitos e normativas expressas; por meio de Mapas Cartográficos que dividem o território mato-grossense em categorias, subcategorias, zonas e subzonas (Figura 1); e por diretrizes sociais, econômicas e ambientais descritas em cada categoria, subcategorias, zonas e subzonas.



Fonte: SEPLAN (2008).

Figura 1. Mapa do projeto do ZSEE, elaborado pelo Executivo Estadual e enviado a ALMT em abril de 2008.

Uma comissão paritária (estado e sociedade civil) foi formada pelo governo e acionada apenas uma vez até então, no seminário que antecedeu a entrega da mensagem e projeto de Lei do ZSEE, pelo Poder Executivo, listava 47 entidades públicas e não governamentais para que, entre 31 de março e 02 de abril de 2008, pudesse conhecer e aprovar a proposta do zoneamento. Tal seminário foi o único momento em que o Executivo Estadual consultou representantes da sociedade sobre uma proposta do ZSEE, em 20 anos de elaboração (entre 1987-2008).

É neste contexto de apresentação de uma proposta de política pública sobre o uso do espaço do território que se formou o GTMS, destacando que tal momento era muito esperado pelos movimentos sociais e pelos poderes econômicos.

O instrumento do ZSEE/MT como proposta de inserção no território foi o tema mobilizador do GTMS, sobre o qual o grupo elaborou proposições para aprimorá-lo, reunindo-se muitas vezes e de diversas formas, durante 3 anos. Também por causa do ZSEE/MT, o grupo elaborou manifestações públicas com atos nas praças e ruas, difundiu manifestos em diversos meios de comunicação, mas sobretudo desenvolveu processos educativos, elaborou estudos, criou cartilhas e mapas, mobilizou articulações com várias outras entidades.

Durante a elaboração dos debates da lei do zoneamento, uma das fortes ações do GTMS era a promoção do envolvimento de toda população e dos grupos sociais em estado de vulnerabilidade social, pois, não estavam visibilizadas no mapa do ZSEE/MT. Assim, uma das primeiras atividades do grupo foi convidar diversos grupos sociais para apresentar uma proposta de mapeamento de suas identidades e debater o zoneamento de MT.

Para isso, foram realizadas articulações com demais movimentos sociais para convidar todos os povos e comunidades tradicionais e grupos sociais em situação de vulnerabilidade que habitam o território mato-grossense e que seriam afetados por esta política de ordenamento territorial.

Por ser muito decisivo para o início do GTMS, abordaremos brevemente sobre a formação da população de Mato Grosso e porque os grupos sociais se encontram em situação de vulnerabilidade socioambiental, visto que o contato com um modo de produção econômica diferente do seu habitual, quase sempre gera conflitos, principalmente com o agronegócio e o hidronegócio. Muito em função desta história, o GTMS se formou para este debate:

ANDREA

(...) eu acho que o processo é muito significativo na mobilização, na participação, a gente aprende muito no processo, aprende o que fazer, o que não fazer, com quem fazer, com quem falar.

FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE

A população do território mato-grossense é formada na origem pelos primeiros habitantes deste espaço há muitos anos: os diversos povos indígenas que se apresentam em várias etnias e línguas. A partir do século VII, muitos grupos sociais foram adentrando o território em busca de terras, riquezas e melhores oportunidades de vida, atraídos inicialmente pelos ciclos do ouro que, segundo Madureira (1997, p. 12), “[...] iam adentrando cada vez mais no interior do território, no sentido Leste-Oeste, ou seja, do litoral para o sertão”. A descoberta de ouro alterou a marcha dos bandeirantes, fixando-os na região em 1719, onde hoje é a cidade de Cuiabá, e com isso “[...] um grande fluxo migratório chegou à região” (*Ibidem*, p. 13).

Mesmo com o extermínio de vários povos indígenas, muitos conseguiram resistir no território, como relatam Silva e Sato (2010, p. 272), “[...] no Estado, observam-se 45 etnias localizadas em 78 terras indígenas em diferentes fases de regularização”.

Com o tempo, além do ouro, outras atividades econômicas foram se desenvolvendo, como a extração de erva-mate, transformando em grande indústria no Sul do Estado (hoje Mato Grosso do Sul), onde a planta é nativa, atraindo os paraguaios, principalmente, para o trabalho. Na região de Cáceres, houve a extração da poaia, uma pequena planta de ricas propriedades medicinais em suas raízes. Os trabalhadores colhiam as raízes desta planta nativa no período de chuva; e quando no período de seca, muitos deles eram empregados na extração de látex em seringais nativos, iniciados ainda em 1870 na região de Diamantino.

A região Leste de MT antes habitada somente pelos povos indígenas, também recebeu migrantes de outras regiões do país, que até hoje buscam consolidação de sua cultura e território como os “retireiros do Araguaia”. Sobre este período, no final do século XIX:

Nessa época ocorreu uma nova migração para Mato Grosso, principalmente de nordestinos, e com a decadência [...] dessa atividade produtiva frente à concorrência asiática, muitos deles não regressaram mais ao Nordeste, fixando-se definitivamente em território amazônico e mato-grossense. Exemplo disso foi o povoamento do leste mato-grossense cuja população, em grande parte, foi formada de nortistas e nordestinos que haviam trabalhado junto à extração da borracha. (MADUREIRA, 2007, p. 70).

As comunidades quilombolas começam a se formar desde 1770-1771, na região do Guaporé. Madureira (2007, p. 79) retrata que nelas havia “[...] escravos, e incluía significativo contingente de índios e de homens livres pobres”. Os quilombolas sempre enfrentaram e resistiram à escravidão, cultuando um modo de vida singular com o território. Por serem pobres e negros, foram perseguidos não só pelo poder dominante (como os primeiros quilombos em MT: “Piolho” ou “Quariterê”, na região do Guaporé), mas também aqueles que conseguiram suas terras legalmente em cartório foram oprimidos pela elite latifundiária, como a Comunidade Quilombola Mata Cavalo, no município de Nossa Senhora do Livramento, região metropolitana de Cuiabá.

Em 2011, segundo a Fundação Palmares – instituição ligada ao governo federal –, havia 69⁴ comunidades quilombolas “certificadas” em MT, mas nenhuma com o título definitivo da terra. Até a escrita desta pesquisa sabíamos que todas elas estão na região das primeiras cidades fundadas no Estado, como o entorno de Cuiabá, Cáceres e Vila Bela.

Uma das contribuições importantes do GTMS foi proporcionar o encontro de diversos grupos sociais de MT. E tal movimento resultou em pesquisa de doutorado de Regina Silva, defendida ainda durante o período do movimento do GTMS e desta pesquisa. A tese da Regina Silva propiciou a identificação de diversas identidades no território mato-grossense, entendendo sua autoidentificação e suas autodenominações como povo ou grupo autônomo:

[...] as narrativas trazem o sentimento de pertencimento como uma luta constante à crescente massificação, despersonalização, desagregação e alienação que caracterizam a sociedade moderna (SILVA; SATO, 2010, p. 266).

Em 1979 o governo do Estado já era conhecedor dos conflitos entre os diversos grupos sociais, principalmente por posse da terra, observados pelo Estado como “casos de polícia” e não como um tema de justiça social e de reforma agrária (PASSOS, 2011).

Igualmente ao mapeamento social dos grupos sociais em MT, também foi proporcionado o desenvolvimento da pesquisa de doutorado sobre os conflitos socioambientais, que estavam sendo mapeados junto com os debates do GTMS. Assim levantou-se, sobretudo, os conflitos pela posse da terra, muito em função dos projetos de desenvolvimento no território, sem a devida audiência dos povos habitantes de MT. Com essa pesquisa de doutorado, foi possível identificar no Estado 104 focos de conflitos, narrados pelos grupos sociais em seminário realizado no ano de 2008 em MT, bem como referenciados por consultas bibliográficas, e que são apresentados pelas autoras da pesquisa como:

[...] inerente às práticas sociais de uso, ocupação e significação do território. São processos de exclusão e apropriação desigual que geram embates e lutas de diferentes tipos. Diferentes formas de opressão ou de dominação geram formas de resistências, mobilização e identidades coletivas distintas, passando a estabelecer redes e alianças entre os protagonistas (JABER; SATO, 2010, p. 448).

Assim, quando se formou o GTMS, o nosso encontro com os diversos povos e comunidades tradicionais do Estado, bem como de grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, nos possibilitou uma articulação que se inspirava e buscamos transformar o que já estava posto pelo agronegócio: um ZSEE sem participação social. Ao participar, fomos observando e refletindo sobre a aprendizagem coletiva, onde é o lugar onde se aprende a participar como uma comunidade aprendente, assim como está neste relato:

FERNANDO

[...] o primeiro grupo que conseguiu colocar seringueiro, assentado, índio, retireiros do Araguaia para debater um tema único, que é o zoneamento. E a gente fez uma coisa básica que é contatar as pessoas, articular um pouco com debate para convencer as lideranças. [...] é que o grupo conseguiu fazer, não só uma discussão política, mas uma discussão bastante técnica.

O GTMS formado pela urgência da militância foi aumentando durante os acontecimentos em quantidade e qualidade de participação, reunindo pessoas, movimentos, grupos e entidades de diversas frentes socioambientais de Mato Grosso para o enfrentamento e debates políticos em torno do ZSEE/MT.

Inicialmente, a participação no GTMS levou todas as pessoas a buscarem a compreensão do diálogo com vários grupos, unidos pela mesma motivação de participação. E foi neste diálogo, entre encontros e estranhamentos, que militantes dos movimentos socioambientais conseguiram formar uma aprendizagem para o enfrentamento na participação política em torno deste tema polêmico em um estado como Mato Grosso, no qual o agronegócio é o poder político e econômico.

As atuações que destacamos neste artigo do GTMS ocorreram paralelas ao debate do ZSEE/MT e a participação nas audiências e encontros públicos promovidos pela Assembleia Legislativa. As atividades do grupo não dependiam das demandas da ALMT quanto às audiências, mas primaram pelos encontros e pela noção de urgência na temática.

Este processo participativo de aprendizado de cidadania na arena de elaboração de políticas públicas de ordenação territorial de Mato Grosso tornou-se pesquisa em Educação Ambiental, buscando compreender na ação-reflexão-ação e nas contribuições geradas pelos e nos encontros da militância envolvida em como se dá a aprendizagem coletiva em diálogo com os pares e com o poder constituído.

Esta pesquisa se enveredou por compreender um processo em ação, junto com os movimentos sociais, pois,

[...] eliminar o mal estar de que as pesquisas não resolvem problemas, mas buscam compreender algum fenômeno em prol da humanidade, porém nem sempre com “sucessos”. Na função de aprender com o outro, na relação com outro, procuramos assim compreender um fenômeno de coletivos educadores que discutem uma política pública, conhecendo os encantamentos da caminhada do grupo, chamada de militância, num processo de educação ambiental que se faz em grupo, nas ruas, na mística da esperança (SATO, 2008, p. 12).

É com os movimentos sociais que buscamos a essência do que é participação nas políticas públicas, junto com eles e refletindo sobre o processo. Assim procuramos compreender tal hipótese: que é possível fazer Educação Ambiental em processo com vários movimentos sociais e nas ruas!

CRIAÇÃO DO GTMS

Recebemos um convite do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para participamos de uma reunião com todas as entidades socioambientalistas do Estado, na lista pública de e-mail da REMTEA, para que pudessem debater a questão de instalação de usinas hidrelétricas em MT, no horário da tarde de 19 de agosto de 2008, na sede do CIMI em Cuiabá. Com uma presença qualitativa de militantes, nesta reunião se formou o GTMS com a premissa que provocasse a formação da militância para a participação nas audiências do ZSEE, criando uma lista de e-mails onde várias outras pessoas e entidades foram convidadas a se comunicarem neste grupo⁵.

Uma das primeiras ações foi a promoção de uma escrita coletiva, recolhendo assinaturas de pessoas, representativas de movimentos sociais, para ser protocolada na ALMT, com o objetivo de participar nas Audiências, que já estavam sendo promovidas pela ALMT, e encaminhando várias ações já realizadas por este grupo.

O primeiro grande encontro do GTMS aconteceu no evento denominado 1º Seminário de Mobilização e Mapeamento Social, com o tema “Territórios e Identidades de MT, Zoneamento Socioeconômico Ecológico”, nos dias 24 a 26 de outubro de 2008, em Cuiabá. A realização deste evento foi uma parceria entre os militantes do GTMS, pesquisadores do GPEA e educadores da REMTEA e teve apoio de mais entidades para sua realização, contando com a participação de 65 grupos e entidades, que foram representados por 250 lideranças. Mobilizados pela temática do ZSEE, como tema propulsor da discussão de políticas públicas, as pessoas foram relatando suas vidas e seus territórios em pequenos grupos.

Consideramos singulares estes seminários de 2008 e o de 2010 como dois grandes marcos do GTMS, pois, foram os momentos nos quais mostramos a força da mobilização do grupo, trazendo povos e comunidades tradicionais de Mato Grosso, bem como de outros grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Após o primeiro seminário de 2008, as audiências públicas do ZSEE foram suspensas e só foram retomadas no ano de 2009 com um calendário publicado pela ALMT. E em todas elas, participantes do GTMS estiveram presentes. Para além delas, o GTMS acompanhou e promoveu atos, mobilizou a imprensa, publicou textos, vídeos, fotos, ações, acompanhando o processo do ZSEE na ALMT e discutindo com os setores o modelo de ZSEE que buscávamos.

Em março e abril de 2010, a ALMT não só não considerou todas as demandas do GTMS, como também das próprias audiências e promoveu um verdadeiro desmonte do ZSEE entregue em 2008 pelo Executivo. O GTMS não se abateu e continuou com as táticas para reverter este processo antidemocrático realizado pelos parlamentares. Conseguiu que a Comissão Nacional do Zoneamento não aprovasse a lei sancionada.

Em 19 de abril de 2010 o grupo, ainda no clamor da luta pela votação contrária da lei que defendíamos, realizou um evento em comemoração no Museu do Índio, da UFMT, no qual a professora Michèle Sato fez uma interpretação do movimento do GTMS, apresentando a palestra “Ecologia de Resistência” e denominando todo o aprendizado como Táticas Pedagógicas: Controle Social Participativo, da seguinte forma:



Figura 2. Táticas participativas: Controle Social Participativo Fonte: Sato (2010).

As ações do GTMS são compreendidas como uma comunidade aprendente (AVANZI; MALAGODI, 2005; BRANDÃO, 2005), que na participação se inventa, reflete em coletivo, promove ações em parcerias, revê conceitos, estuda muito e propõe mais reflexões. Não há líderes, há militância na arena pública, como há muito tempo não se

via no meio socioambiental do Estado. E assim a história pode ser inspiradora para que mais movimentos semelhantes possam também ser estudados e registrados, pois, assim bem interpretou poeticamente a professora Michèle Sato, em palestra, em um encantamento em um momento muito especial no grupo, entre a derrota na votação final e a publicação da lei:

Uma memória sem cronologia exata e talvez faltando fatos importantes na travessia...Uma travessia difícil, que ofereceu a aspreza da luta política, mas cujo broto resistiu e floriu, esbanjou cores nos percalços, e quiçá tenha eternizado a esperança! Os quase 20 anos de dedicação, estudos e reflexão de construção do ZSEE: essencialmente SEPLAN, depois SEMA. A apresentação pública e a entrega à AL (2007), no marco inicial das audiências públicas 2008. Uma compreensão do ZSEE, suas principais metas, propostas, desdobramentos e possibilidades. Diversas reuniões, cursos, palestras, seminários, e outros processos formativos e informacionais.

Os diálogos tensivos, as pequenas derrotas que por alguns momentos cansaram os guerreiros, mas que jamais retiraram o talento em recomeçar, na encantada participação social.

O caderno, os fóruns, os encontros, os instrumentos, a lista, a articulação e o 'articulamento'.

A chegada de novos, a incansável luta por parcerias...uma vez fixado o território, o mapa social! Qualquer que seja a votação (ou não votação), uma vez que a política territorial seja fixada, é obrigação continuar a exercer o controle social participativo.

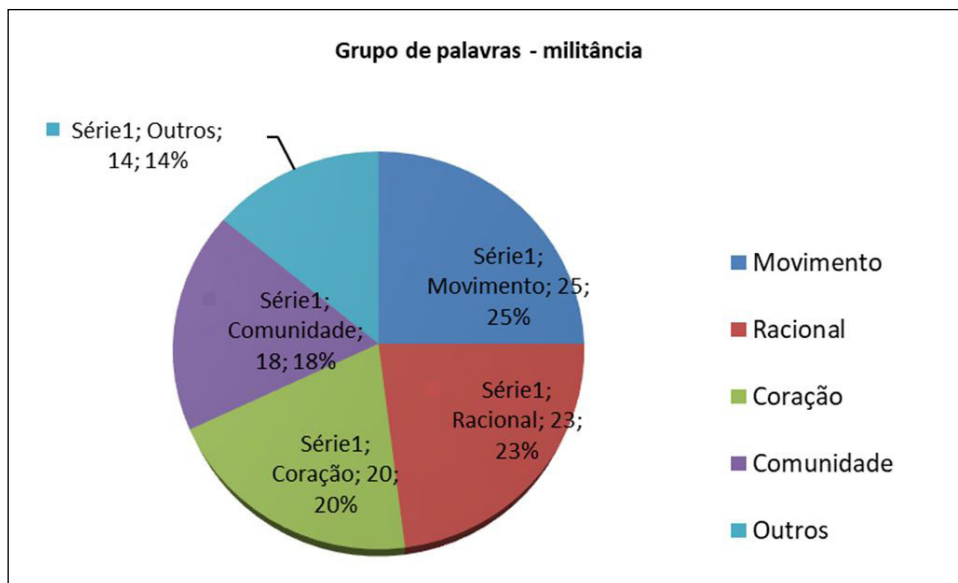
Por isso as sementes aladas aguardam a terra fértil de esperança para reiniciar seu ciclo de lutas.

Uma narrativa cheia de ideologia, conforme as verdades, vivências e aprendizagens e olhares pessoais de quem acredita que zoneamento não é território (habitat), mas abarca a porção de identidades (habitantes) de uma cultura biorregional (hábito) (SATO, 2010, sl. 2-8).

Inspiradas nesta aula/encontro, trazemos a síntese do que as/os 12 militantes entrevistadas/os nos revelaram e o que nos ajudou a entender o que é a militância deste grupo, o modo de fazer, uma identidade.

Os 12 militantes nos trouxeram algumas palavras sobre o que entendem por militância e o que nos inspira no GTMS: protagonismo, despojamento, compromisso, gratuidade, sofrimento, companheirismo, esperança, cumplicidade, envolvimento, esperança, paixão, solidariedade, luta, compaixão, autonomia, meio ambiente, política, sensibilidade, processo, organização, transformação, ética, comprometimento, sabedoria, entrega, vida, ação, coração, coragem, respeito, cooperação.

Diante de tais palavras, agregamos pela semelhança ou mesmo significados, para caracterizarmos uma identidade do grupo e encontramos cinco categorias: movimento (25%), racionalidade (23%), coração (20%), comunidade (18%) e um grupo com palavras que não foram agregadas, pois, poderiam caber em qualquer um dos demais e assim formou-se um grupo denominado "outros" (14%). A Figura 3 mostra a representação na qual o GTMS pode ser assim identificado.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 3. Gráfico representando os grupos de palavras que lembram militância.

Tais grupos nos ajudaram na compreensão do que seja um militante socioambiental, o que o inspira, relatado em pleno movimento da arena de luta pública. O aprendizado com todos nos ajudou a compreender o movimento e quem somos em nosso território, no qual se respeita a biodiversidade, as pessoas, o modo de ser e viver de todos nós.

AMANDA

Eu só estou nisso tudo porque têm outras pessoas que estão também e eu acho que eu alimento as esperanças delas assim como elas alimentam as minhas também. (...) Eu acho que faz bem que exista companheirismo e cumplicidade entre a gente porque é isso que move a gente.

A participação no GTMS foi o momento no qual a aliança da Educação Ambiental com o movimento socioambiental se fez presente, onde se pode observar como parte de um coletivo de pessoas que buscam no saber e no fazer junto o enfrentamento das questões públicas. Esta aliança torna possível a participação social nas políticas públicas, enfrentando um processo conturbado e pouco favorável à participação dos diversos movimentos sociais.

Embora se entenda que a Educação Ambiental possa ter conceitos intimamente ligados com a visão e ação de cada pessoa, uma das características desse campo do saber, podemos apontar primeiramente o que não é Educação Ambiental, apreendido com a experiência e vivência em grupos, redes, comissões, seminários e com as pessoas que nos inspiram nesta área.

A Educação Ambiental não é instrumento de gestão, porque não se configura em regras, procedimentos, geralmente apresentados como o certo e o errado, e focados nos meios para a execução de outras ações de finalidades diversas. Também não é um campo dogmático, no qual suas práticas e suas teorias não possam ser inovadas, mas é necessário um exercício nas suas dimensões teóricas e práticas para compreendê-las.

Como prática de um campo do conhecimento, a Educação Ambiental, com suas

bases epistemológicas, axiológicas e praxiológicas, é um processo de transformação individual e social, expressado principalmente na atuação política. Esse processo dialoga com outros saberes científicos, tradicionais, institucionais e por isso também se renova e promove mudanças no outro e no todo nesta relação. O ambiente e as relações entre os seres são as reflexões que dão sentidos ao tema, sendo esta militância vivenciada na mística dos coletivos educadores (BOFF, 1996).

No GTMS, percebemos em vários momentos que a relação entre os integrantes do grupo era para além da participação dos debates, visto que houve entre os militantes o estabelecimento de relações de conhecimento do trabalho e de ações conjuntas entre os grupos, entidades, movimentos. Há uma difusão e divulgação das ações do GTMS, que não tínhamos ainda na época da pesquisa a amplitude e para onde estão irradiando em outras pessoas as mesmas percepções.

ALONSO

Eu acho que o GTMS além desse aspecto de fortalecer as organizações, influenciar na política do estado, política pública de Estado, tem esse aspecto que também ajuda a gente se animar para o dia a dia.

Além das pessoas entrevistadas que estavam no grupo, havia muitas outras que representavam mais de 30 (trinta) diferentes grupos, movimentos e entidades socioambientais de reconhecida participação em debates públicos em MT. O Quadro a seguir lista os diversos movimentos que encontramos na participação do grupo, sabendo que havia muitas pessoas que estavam participando dentro desses grupos.

Quadro 1. Lista de redes, grupos, entidades e movimentos socioambientais que participam do GTMS.

Quant	Grupos, Entidades, Movimento Socioambientais
1	Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso, ADUNEMAT
2	Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental, ARPA
3	Centro Burnier Fé e Justiça – CBFJ
4	Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente, CJMT
5	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, CIEA-MT
6	Conselho Indigenista Missionário, CIMI
7	Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia, ENEBio
8	FASE Mato Grosso - Educação e Solidariedade
9	Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres, FLEC
10	Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, FORMAD
11	Grupo de Pesquisa de Movimentos Sociais e Educação, GPMSE-UFMT
12	Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte - GPEA-UFMT
13	Instituto Caracol, iCaracol
14	Instituto Centro da Vida, ICV
15	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, IPAM

continua

continuação

Quant	Grupos, Entidades, Movimento Socioambientais
16	Instituto Gaia
17	Instituto Indígena Maiwu
18	Instituto Teribre, povo indígena Karajá
19	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST
20	Operação Amazônia Nativa, OPAN
21	Rede Axe Dudu
22	Rede Mato-Grossense de Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, REMAR COMTRA
23	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental, REMTEA
24	Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, SINTEP
25	Sociedade Fé e Vida
26	Rede Mato-grossense de Economia Solidária, REMSOL
27	Secretaria de Estado de Meio Ambiente de MT, SEMA-MT
28	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de MT, SEPLAN-MT
29	Instituto Chico Mendes, ICMBio
30	Ministério do Meio Ambiente, MMA
31	Revisa Sina

Fonte: arquivo das autoras (2011).

Pela hipótese da pesquisa, buscávamos saber se era possível fazermos educação ambiental nas ruas, nas arenas públicas. E o GTMS se deu no ambiente público, com várias pessoas de diversas organizações, que se propunham ao debate público, que trouxeram consigo sua militância, cooperando e contribuindo com o aprendizado coletivo.

Pela Educação Ambiental pode-se compreender um pouco mais a realidade e agir sobre ela, por isso ela deve ser questionadora do modelo de sociedade que vivemos. Importante conhecer o olhar das pessoas que militam em diversas áreas socioambientais sobre a percepção quanto a este campo do saber:

CARNEIRO

Se a educação ambiental não vir junto no nosso entendimento como modelo de sociedade que nós queremos e para criticar esse modelo que está aí (...) O capital que produz esse lixo, essas coisas, que continuam explorando a natureza e degradando a natureza para você ficar fazendo esforço para jogar no lixo.

Assim a Educação Ambiental deve ser crítica à sociedade de consumo e ao processo de elaboração de leis, que são feitas de cima para baixo, sem debate com os vários grupos, sem a inclusão de propostas apresentadas e aprovadas por eles e também sem considerar as questões técnicas e científicas envolvidas.

Neste papel, ela também promove a inclusão das pessoas no processo de participação, quer seja da formulação de leis, ou mesmo num processo de gestão ambiental dentro de um órgão público que pode aliar com a função da Educação Ambiental que se milita. Outro entrevistado salienta que:

FERNANDO

(...) é uma proposta de inclusão participativa das pessoas no processo de decisão ambiental, decisão na gestão ambiental e especificamente sobre aqueles mais atingidos por aquele determinado processo.

Nesta perspectiva, no diálogo com as e os militantes, sempre tivemos em mente que estávamos um grupo de pessoas que já vinham de andanças, de muito conhecimento, e uma vontade de participar com sua visão crítica do mundo, porque já vinham com discussão e uma prática. Tais realidades coadunam com Freire quando ensina que “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido” (FREIRE, 2005, p. 42).

Considerando este grupo de militantes da arena socioambiental em Mato Grosso, o momento do debate público da lei foi uma situação ímpar para nos encontrarmos e para debatermos. Todas e todos queriam aprender e participar. E aprendemos para além do projeto, para uma construção de redes e ações.

E deste modo, ser militante em um grupo de educadoras e educadores torna a vivência tão significativa porque o processo se torna mais importante que o resultado final, que não dependia basicamente do grupo, mas que fez tudo o que podia para alcançá-lo.

CONSIDERAÇÕES

Qual é o conceito de militância que todos trazem dentro de si para formar um grupo tão destacado neste processo de debate público? As respostas, além de revelar o olhar de cada membro do grupo, encantam e surpreendem com a força relacionada aos seus exemplos no processo. Embora elas e eles não destacassem importância neste fato como uma questão central, nos seus depoimentos refletidos à luz das teorias, fica evidente que na ação elas e eles aprenderam também neste grupo um modo de exercerem seu pensamento e suas ações políticas.

Exemplos de militância sempre nos vêm na memória coletiva, como expressão concreta do que podemos ser, como exercício de reflexão. Suas vidas são cultivadas na memória dos movimentos sociais, passando pelas gerações e encontram-se vivos nas expressões dos sujeitos do GTMS. Muito do que se viveu neste processo pode estar na força da síntese da reflexão de Paulo Freire:

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é a de quem tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta pra não ser objeto, mas sujeito da História (FREIRE, 1996 p. 60).

Em um apanhado sobre o termo militância na obra de Paulo Freire, Moretti (2010, p. 265) relacionou as palavras que permeiam o que o grande educador pensou sobre militância tais como: “[...] implicações políticas, engajamento, compromisso e comprometimento, luta, radicalidade, defesa de ideias, consciência”.

Saber o que é militância no mundo de hoje é também uma forma de todos se engajarem e se entregarem ao processo. A militância está relacionada à conscientização, à formação de valores em busca de sociedades mais justas. Há uma compreensão do termo como:

[...] uma forma de participação política engajada e crítica, na qual são desenvolvidas ações voltadas para a conscientização política da população, buscando desenvolver novos valores que possibilitem às pessoas se organizarem e lutarem para a construção de uma sociedade justa e digna (BALTAZAR, 2004, p. 184).

Também Vinadé e Guareschi (2007, p. 71) entendem militância como “uma possibilidade de identificação política que precisa estar em constante reconstrução para dar conta da multiplicidade de demandas do contemporâneo”.

Podemos relacionar estes agrupamentos da palavra militância como características do GTMS, relacionando sua essência, e que entendemos que pode ser compreendida como argumenta Gohn (2010, p. 40) sobre este tema: “[...] os movimentos geram solidariedade social e coesão, impulsionam as pessoas sem auferirem nenhuma renda. Eles mobilizam ideias e valores e geram saberes e aprendizado coletivo”.

Sentido com o coração, com a emoção, este processo de militância dentro do GTMS, compreendo que é também um processo de Educação Ambiental, que está em busca de mudanças, no envolvimento das pessoas, no processo de luta. Este processo que traz o conhecimento de mais pessoas e grupos, e mesmo militando por anos em MT, muitos grupos ainda não o conheciam. Assim, conquistou-se o respeito e admiração pela experiência de cada um e cada uma, acolhidos no grupo, transformando em algo novo, sendo todos responsáveis pela construção.

Quando o povo evoca a esperança, é o momento em que a sua força é novamente alimentada para enfrentar os desafios e superar as derrotas. Trazendo para o contexto do GTMS, foi necessária muita reflexão em grupo, quando houve a publicação da lei do ZSEE, completamente ao contrário para o bioma e para a vida. Esta Lei aprovada não está somente evitada de ilegalidades e inconstitucionalidades, mas ignorou toda uma construção de um projeto democrático, processo valorizado pelos movimentos sociais.

A lei do ZSEE que foi sancionada (Lei nº 9.523, de 20 de abril de 2011)⁶ não teve sequer um veto sobre nenhum artigo, apesar de manifestos contrários do GTMS, protocolados na Casa Civil para que o governador vetasse integralmente a proposta. Houve também pareceres técnicos contrários emitidos tanto pela Procuradoria do Estado como pelos servidores técnicos que elaboraram a primeira proposta do ZSEE. Nada barrou o poder político do agronegócio em MT.

Nestas coincidências da história, a lei foi publicada exatamente um ano depois da promoção do “enterro do ZSEE”, realizado pelo GTMS, na Praça Alencastro, centro de Cuiabá, em 20 de abril de 2010. Este manifesto público foi uma premonição do que o Poder Executivo iria fazer no ano seguinte. O governador enterrou com este ato o próprio projeto do Executivo, que foi elaborado tecnicamente durante 20 anos e encaminhado ao legislativo em 2008. Em abril de 2011, o projeto voltou ao Executivo, totalmente alterado tecnicamente pelo Legislativo, sem apoio dos movimentos sociais, e o governador aprovou a proposta que contraria os próprios estudos dos técnicos do Estado, fruto de financiamento público e que mobilizou centenas de pessoas na sua elaboração por 20 anos e que sobre este projeto centenas de pessoas se debateram nas audiências em três anos.

Valeu a luta pelo esforço da coletividade, da amorosidade, da amizade, do conhecimento. Haverá muitas lutas e saberemos nos reencontrar na arena pública e acreditar de novo que vamos construir democracia participando.

Em todas essas ações, encontramos um modo de fazer, pensar e viver a Educação Ambiental. Compreendemos em Sato e Passos (2006, p. 24) que “[...] o que move a EA não são suas temáticas abrangentes, mas o enredo que se trama para que o mundo se mostre extraordinário, revelando que ‘o mundo não cabe no mundo e o real não cabe no concebível’.

NOTAS

3 Na dissertação estão os nomes completos, imagens, bem como as entidades que representavam no movimento.

4 Em 2011, o número de comunidades quilombolas em MT certificada pela Fundação Palmares era de 69 unidades.

5 Importante ressaltarmos que nos anos de 2008 até 2011, as participações e comunicações em grupos de e-mails eram o principal canal de conversas e troca de informações.

6 Publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, sem o mapa do ZSEE (um dos componentes obrigatórios da lei) em 20/04/2011.

REFERÊNCIAS

AVANZI, M. R.; MALAGODI, M. A. S. Comunidades interpretativas. *In*: FERRARO JUNIOR., L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. p. 93-102.

BALTAZAR, B. Encontros e desencontros da militância na vida cotidiana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20 n. 2, p. 183-190, maio-ago. 2004.

BOFF, C. M. Espiritualidade do militante: reflexão teológica com enfoque pneumatológico. **Cadernos Fé & Política**, n. 15, p. 7-28, 1996.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. *In*: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006. p. 01-54.

BRANDÃO, C. R. Comunidades aprendentes. *In*: FERRARO JR., L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. p. 83-92.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar, participar. *In*: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=226350. Acesso em: 20 set. 2010.

BRASIL. **Projeto macrozoneamento ecológico-econômico da Amazônia legal: marco teórico-conceitual**. Programa ZEE Brasil, 2009. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

FALLS, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In*: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa em educação ambiental. *In*: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2006.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

JABER, M.; SATO, M. Polissemia dos conflitos ambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 24, p. 443-459, 2010.

LEROY, J. P. **Territórios do futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2010. 395 p.

- MADUREIRA, E. **Revivendo Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 1997. 156 p.
- MATO GROSSO. Comissão Especial do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso. **Relatório final**. Relatório do Relator. Cuiabá: dezembro de 2009.
- MATO GROSSO. Projeto de Lei da Política de Planejamento e Ordenamento Territorial de Mato Grosso. **Mensagem do gabinete do governador**. 2008.
- MORETTI, C. Z. Militância. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 265-267.
- PASSOS, L. A. **Saberes e práticas da educação popular Freiriana na década de 80, em Cuiabá**. 2011, 43 p. (mimeo).
- SANCHEZ, R. O. **Zoneamento agroecológico do Estado de Mato Grosso: ordenamento ecológico-paisagístico do meio natural e rural**. Cuiabá: Fundação de Pesquisas Cândido Rondon, 1992. 160 p.
- SATO, M. Narrativas que constroem a nação. In: SANTOS, J. E.; SATO, M.; ZANIN, E.; MOSCHINI, L. E. **Para além do espetáculo: o palco da pesquisa no diálogo ecológico-educativo**. São Carlos: RiMa, 2008.
- SATO, M. **ZSEE: uma ecologia de resistência**. Cuiabá: Museu Rondon, UFMT, 19 de abril de 2010a. 26 slides: color. Slides gerados a partir do software PowerPoint.
- SATO, M. **Ecologia de resistência: apresentação**. Palestra no Museu do índio em 19 de abril de 2010b.
- SATO, M. **Anped**: texto [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <denize.enildo@gmail.com>, <grupopesquisador@googlegroups.com>. Acesso em: 04 jul. 2011.
- SATO, M.; PASSOS, L. A. Pelo prazer fenomenológico de um não-texto. In: GUIMARÃES, M (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas: Papirus, 2006. p. 17-30.
- SATO, M.; SANTOS, J. E. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs.). **Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 253-283.
- SATO, M. et al. (Org.). **Relatório do I seminário de mobilização e mapeamento social de Mato Grosso**. Cuiabá: GPEA-UFMT, 2008a. (mimeo).
- SATO, M. et al. Nossa palavra é sim. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 33, p. 159-174, jan-abr. 2008b.
- SILVA, R.; SATO, M. Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso - Brasil. **Ambiente e Sociedade** [online]. v. 13, n. 2, p. 261-281, dez. 2010.
- VINADÉ, T. F.; GUARESCHI, P. A. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3. p. 68-75, 2007.